

A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FERRAMENTA PARA A SUPERAÇÃO DA QUESTÃO MERIDIONAL

David Lucas Oliveira da Silva ¹
Bruno Jadson Jardelino Gomes ²
Virna Ferreira de Mesquita ³
Viviane Brás dos Santos ⁴

RESUMO

O autor sardo Antonio Gramsci (2006) trouxe para o embate acadêmico o paradigma da questão meridional. Neste conceito, o teórico elucida a relação de supremacia da região Norte diante do Sul da Itália. Esse movimento é decorrente do Norte concentrar a indústria italiana e o Sul ser constituído de comunidades agrárias (GRAMSCI, 2006). Consoante a isso, identifica-se no cenário brasileiro uma situação de opressão semelhante, identificada até em cenários micro, isto é, entre cidades e comunidades camponesas (CALDART, 2012). Nesse contexto, o presente trabalho busca refletir a questão meridional e sua relação com a Educação do Campo. Para tanto, a abordagem metodológica dessa pesquisa é de natureza qualitativa (MARCONI; LAKATOS, 2011), a partir de uma análise bibliográfica dos textos científicos produzidos anteriormente (FACIN, 2006). Outrossim, esse trabalho se instrumentaliza da ótica marxista que o Materialismo Histórico Dialético e na Filosofia da Práxis encerra (MARX, 2004). Partindo desse paradigma, Gramsci (2006) salienta que para que seja possível a emancipação da classe subalterna é necessário, a priori, a união dos proletários das fábricas, situadas nas cidades do Norte da Itália, e os trabalhadores camponeses localizados geograficamente na região Sul. Partindo desse paradigma, Santos e Menezes (2010) refletem que as relações de poder dos países do Norte diante da dominação das nações do Sul global. Em face ao exposto, Meszáros (2008) aponta a educação ampla como um meio para a emancipação da classe subalternizada, nesse contexto para os trabalhadores camponeses. Nesse sentido, as comunidades camponesas, muitas vezes, sofrem a opressão no tocante à questão meridional entre cidade e campo, sendo a cidade autodenominada como desenvolvida e o campo subjugado à esta, como atrasado (GRAMSCI, 2006). Portanto, compreende-se a educação do campo como instrumento para subsidiar teórica e praticamente a dos trabalhadores camponeses para que seja possível a emancipação da classe operária.

Palavras-chave: Questão Meridional, Educação do Campo, Emancipação Humana.

Primeiras Palavras

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus VII Senhor do Bonfim, E-mail: davidlucas6941@gmail.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura plena em História da Universidade Federal do Ceará – UFC, e-mail: brunojadson.14@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura plena em História da Universidade Federal do Ceará - UFC, e-mail: virnaferreira07@gmail.com;

⁴ Professora na Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus VII Senhor do Bonfim. Doutoranda em Educação - PPGED/UFS. Mestra em Educação, Cultura e Território Semiárido - PPGESA, UNEB. E-mail: vivianebras.pedagogia@gmail.com.

O antifascista Antonio Gramsci (2001) dedicou sua vida no desenvolvimento de teorias educacionais emancipatórias, pois constatou que o teor alienante da escola burguesa, esta que não converge para o modelo de sociedade almejado pelo Partido Comunista Italiano (PCI). Nesse sentido, entre os conceitos formulados por Gramsci (1987) destacam-se as reflexões tecidas acerca da questão meridional, que denuncia a ideologia difundida pela classe dominante que propagava a imagem de que o Sul da Itália – chamada de região meridional – é uma área atrasada em comparação com o Norte do país.

Com isso, é necessário dizer que esse estereótipo era nutrido nas características agrárias do Sul italiano, consoante a isso os camponeses eram definidos como biologicamente inferiores diante dos habitantes das cidades, isto é, da região Norte industrializada (GRAMSCI, 1987). Na perspectiva de Meszáros (2002) o trabalho educacional é um meio para a superação da estrutura opressora do sistema capitalista. Nesse sentido, na década de 1990 emerge no Brasil uma prática pedagógica voltada para a formação dos povos camponeses (REIS, 2011). Sendo assim, a educação do campo surge como um modelo de ensino não reprodutivista que busca a emancipação humana do campesinato.

A partir dos pressupostos teóricos apresentados anteriormente, como a educação do campo pode ser uma ferramenta para romper com o paradigma meridional e, conseqüentemente, auxiliar na formação de alianças entre os proletários urbanos e o campesinato? Para tanto, foi realizado um estudo de cunho bibliográfico (FACIN, 2006) revisitando os escritos acerca das temáticas elencadas. Em face do exposto, o artigo em tela parte da urgência do fortalecimento das práticas educacionais críticas para a construção de uma sociedade equitativa.

Dito isso, a superação da ideologia propagada pela classe opressora de que os camponeses são biologicamente inferiores aos habitantes das cidades, só será possível a partir de um ensino liberador que empodere o povo do campo. Diante dessas preposições históricas, o presente trabalho busca refletir a questão meridional e sua relação com a educação do campo. Ademais, ao realizar buscas tendo como base o sistema Scielo (2022) onde foram associadas as palavras-chave: questão meridional e educação do campo o banco de dados acadêmico não encontrou nenhum texto científico que relacionasse estes pressupostos, apontando, assim a necessidade da produção de trabalhos que unam estes conceitos.

Percursos Metodológicos

Para que seja possível compreender as interfaces da questão meridional presente na Itália do século XX, e posteriormente realizar o movimento de tradutibilidade (GRAMSCI,

2001) para o cenário brasileiro, especificamente diante da dicotomia existente entre campo e cidade. Fez-se necessário desenvolver uma pesquisa baseada na metodologia qualitativa, isto é, uma análise da realidade para além das instâncias mensuráveis. A abordagem qualitativa “recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolve cientistas humanas e sociais, assumindo traduções ou multiparadigmas de análise, derivadas [...] do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno” (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Nesse sentido, formulou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico tendo como base as teorias críticas de Gramsci (1987), Marx (2004), Lukács (2013), Althusser (1970), Meszáros (2002) e Chauí (2008), bem como as análises históricas da educação do campo de Caldart (2012), Reis (2011) e Sena (2020). Dito isso, como exorta Gil (2002) para a construção dessa pesquisa bibliográfica foram realizadas revisões, fichamentos e debates das obras dos citados pensadores. Ademais, o artigo em tela tem como instrumento de análise da realidade o Materialismo Histórico Dialético forjado por Marx e Engels (2005) para produzir conhecimentos científicos a partir das relações de contradição da sociedade capitalista.

O camponês bárbaro e o campo obsoleto: a ideologia meridional difundida pelo estado burguês

O pensador italiano Antonio Gramsci (1987) constatou que existia uma relação dicotômica entre o Norte da Itália, este que, era chamado de região setentrional possuindo como principal característica a industrialização, e o Sul do país denominado de região meridional que tinha sua economia baseada na agricultura e na pecuária. Essa divisão geográfica difundida pelo estado burguês gerou a propagação de preconceitos e segregação dos povos meridionais, pois eram vistos como atrasados. Nessa esteira, o citado fenômeno ocorria, sobretudo, em relação aos camponeses da Ilha da Sardenha, onde o teórico socialista havia nascido. Nessa conjuntura, Gramsci (1987, p. 139 e 140):

É bastante conhecida a ideologia difundida de forma capilar pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos no desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, , compensando esta sorte ingrata com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como palmeiras solitárias num árido e estéril deserto.

Em razão de que a relação com o tempo dos camponeses parte da sua relação com a terra e a natureza, estas que não têm sua cronologia dominada pelo grande capital. Fazendo a tradutibilidade (GRAMSCI, 2001) para o cenário brasileiro, nota-se que esta mesma visão ecoa nas comparações entre campo e cidade, onde muitas das vezes o campo é subjugado como atrasado e seus atores apontados como selvagens. Dito isso, para Chauí (2008, p. 79): “a ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados”. Mediante a isso, é possível afirmar que essa ideologia foi introjetada de tal modo na consciência das massas que é vista como da ordem natural.

Nessa perspectiva, Althusser (1970) reflete que o sistema capitalista propaga as ideias da classe dominante através dos Aparelhos Ideológicos do Estado, estes que, se diferenciam dos: “Aparelho (repressivo) de Estado, é a diferença fundamental seguinte: o Aparelho repressivo de Estado funciona pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia” (ALTHUSSER, 1970, p. 46). Diante disso, no leque das práticas pedagógicas não reprodutivistas encontra-se a educação do campo, cujo intuito é promover um ensino contra hegemônico para a redenção do campesinato. Gramsci (2001, p. 15) escreve que:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.).

Entre as categorias de intelectuais, isto é, os atores sociais que exercem a função de organizar as massas, encontram-se os intelectuais tradicionais (GRAMSCI, 2001) que são membros da classe burguesa que alienam os povos subalternizados através de ideologias, que segundo Chauí (2008) são as ideias da classe dominante formulada pelos intelectuais. Este movimento advém da necessidade da manutenção da hegemonia aristocrata proveniente da luta de classes, ou seja, da dominação da burguesia sobre o proletariado (MARX, 2015).

Nessa conjuntura, Gramsci (1987) denuncia em seu primeiro artigo que tem como lócus o campo intitulado “Os clericais e os agrários” as relações de poder que os padres

exerciam nas comunidades camponesas, pois eram um dos únicos intelectuais que presentes nas regiões meridionais e utilizavam da fé dos camponeses para controlá-los partindo sempre dos interesses da pequena burguesia do campo. Além disso, Gramsci (1987, p. 156) aponta que:

O intelectual meridional deriva predominantemente de uma camada que no Sul é ainda notável: o burguês rural, ou seja., p pequeno e médio proprietário de terras que não é camponês, que não trabalha a terra, que se envergonharia de ser agricultor, mas que, da pouca terra que possui e cede em aluguel ou em simples meação, deseja arrecadar o suficiente para viver convenientemente, para mandar os filhos à universidade ou ao seminário, para fazer o dote às filhas que devem esposar um oficial ou um funcionário civil do Estado. Os intelectuais recebem desta camada uma áspera aversão pelo camponês trabalhador, considerado como máquina de trabalho que deve ser sugada até o osso e que pode ser facilmente substituída.

Em face do exposto, os povos camponeses italianos eram subordinados tanto aos clericais, quanto aos filhos e filhas da pequena burguesia que refutavam os trabalhos agrários, mas ganhavam o pão mediante a exploração da força de trabalho dos camponeses. Essas consciências opressoras dizem que: “o lavrador não pode concentrar-se com o produzir só para seu uso pessoal; a fim de comprar o pouco que necessita, e pagar impostos e os encargos de suas dívidas, tem que produzir para trocar, isto é, entrar em concorrência com os outros produtores” (MARX, 2004a, p. 11). Assim, para obrigar o campesinato a mercantilizar e gerar uma hiperprodução dos seus bens de consumo disseminam-se as ideologias de que o camponês é um bárbaro e que o campo um lugar obsoleto (GRAMSCI, 1987).

Esse movimento ocorre com o intuito de impedir a revolução dos subalternizados faz germinar no seio dos trabalhadores/as lutas internas, anestesiando, assim, a hegemonia do proletariado. Além disso, as regiões meridionais são atrasadas, pois por suas características camponesas não corrobora para a ascensão e do sistema capitalista. Este que é nutrido pela desunião entre os proletários da região setentrional e dos camponeses da região meridional, pois a aliança entre essas duas categorias propiciaria sua emancipação (GRAMSCI, 1987). Ademais, o teórico Antonio Gramsci (1987, p. 146):

Significa que não só devem ser superadas as distinções existentes entre as diversas profissões, como também é necessário, para que se conquistem o consenso e a confiança dos camponeses e de algumas categorias semiproletárias da cidade, superar alguns preconceitos e vencer certos egoísmos que podem subsistir, e subsistem, na classe operária como tal, mesmo quando já de apareceram de seu seio os particularismos de profissão. O metalúrgico, o carpinteiro, o operário da construção civil, etc. devem não só pensar como proletários e não mais como metalúrgico, carpinteiro, operário da construção.

Sendo assim, no sistema de produção comunista não existe a hierarquização de funções sociais, pois não há dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Em razão de que todas as atividades de transformação da natureza estão interrelacionadas pela coesão do trabalho (DURKAIM, 1999), isto é, existe uma relação de co-dependência entre os diversos labores. Deste modo, em uma sociedade justa não é admissível a valoração de uma função em decorrência da depreciação de outra. Além disso, o trabalho é ontológico ao ser humano (LUKÁCS, 2013), sem o qual não há sobrevivência nem perpetuação da espécie.

Acerca disso, Chauí (2008, p. 79): “o que torna a ideologia possível, isto é, a suposição de que as ideias existem em si e por si mesmas desde toda a eternidade, é a separação entre trabalho material e trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, a separação de trabalhadores e pensadores”. Para tanto, Gramsci (2001) formula a escola unitária que busca uma prática pedagógica que supere essa dicotomia unindo de forma equiparada o ensino de atividades manuais e intelectuais para os discentes.

A educação do campo enquanto prática pedagógica emancipatória para a superação da Questão Meridional

Para superar a essa ideologia capitalista que difunde a imagem de um campo retrógrado e dos seus habitantes como seres biologicamente inferiores aos da cidade (GRAMSCI, 1987) os movimentos sociais, sindicalistas, o movimento sem-terra, educadores/as e trabalhadores/as brasileiros formulam a educação do campo. Esta prática pedagógica vai em contraposição a educação rural que tinha o objetivo de transformar os moradores do campo em “cidadãos” (CALDART, 2012), introjetando, assim, o modo operante de um consumista alienado urbano. Ao mesmo tempo fazendo com que os educandos refutem todas as suas crenças, práticas e costumes que são próprias do campesinato.

Diante disso, esta prática educacional reprodutivista tinha o objetivo de transformar os povos camponeses em um exército industrial de reserva, que deixassem de ser homens e mulheres e passassem a ser mercadorias e deste modo fossem vender sua força de trabalho nos grandes centros urbanos (MARX, 2015). Em contrapartida, foram realizados o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária em 1997 e o I Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo em 1998, ambos na cidade no Estado de Goiás, e tinham o intuito de reunir educadores/as do campo e formular essa nova prática educacional (REIS, 2011). Comungante a isso, Sena (2020, p. 288) reflete que:

A Educação do Campo nasce desde esse processo de tomada de consciência de classe por parte dos trabalhadores organizados que passam a reivindicar o acesso a outros direitos como condição fundante, na disputa de um projeto social que perpassa pelo acesso à terra, mas inclui muitas outras lutas. A Educação passa a ser reivindicada, inicialmente, como direito básico, por via do acesso à escola e, mais adiante, como projeto político-pedagógico, por via de consolidação, primeiro, de uma concepção teórica representativa das lutas camponesas, depois, de uma política pública que viesse a reconhecer e dar legitimidade (marco legal) a essa perspectiva no sistema de ensino estatal.

Sendo assim, a educação do campo galga a emancipação do campesinato através da educação. Por seu turno, Meszáros (2002) apresenta que a educação não é apenas um aparelho reproduzidor das relações de poder vigente, pois pode se tornar um veículo de transformação do *status quo* preestabelecido. Nesse sentido, a educação do campo galga romper com todo o viés ideológico que os povos camponesinos são rotulados constantemente pelo grande capital.

Por esta razão a educação do campo tem como fundamento epistêmico o Materialismo Histórico-Dialético e a Filosofia da Práxis forjados por Marx e Engels (2005), as concepções ontológicas de trabalho de Lukács (2013), a Pedagogia Histórico-Crítica formulada por Saviani (2013) e, sobretudo, pelo pensamento educacional de Gramsci (2001). Consoante a isso, a origem desse referencial emancipatório tem sua raiz nos movimentos de educação popular do campo que foram um dos fundamentos para essa prática pedagógica. É mister salientar que os docentes da educação popular em sua grande maioria tinham sua formação em filosofia, sociologia e/ou história, decimando, assim, estas teorias revolucionárias neste cenário educacional. Ademais, Gramsci (1987, p. 139) narra que:

O proletariado pode-se tomar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês e maioria da população trabalhadora — o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas.

Para alcançar a hegemonia do proletariado é necessário, a priori, criar um sistema de alianças entre toda a classe trabalhadora. Nesse sentido, não há emancipação sem o consenso do campesinato. Por este motivo, os intelectuais burgueses utilizam do viés ideológico para impedir esta aliança. Nesse sentido, apenas por meio da educação do campo o campesinato irá conseguir conceber sua condição de oprimidos e lutar por sua emancipação. Mas esse movimento só será possível através da articulação com os trabalhadores do campo e das indústrias.

Considerações finais

Os aparelhos de hegemonia do estado burgês (GRAMSCI, 2001) buscam pragmatizar na consciência das massas oprimidas ideologias que convergem para a manutenção do *status quo* virgente. Entre essas ideologias, Gramsci (1987) destaca a imagem de um campo atrasado em razão de não estar embricado na hiperprodução defendida pela estrutura de produção capitalista e a visão dos camponeses como bárbaros e biologicamente inferiores.

Nesse sentido, vale reiterar que Gramsci (1987) conceitua esse fenômeno nomenclaturando de questão meridional, que a grosso modo é a alto-denominação dos habitantes do Norte como superiores aos moradores do Sul. Nesse estudo foram apontados como este fenômeno meridional resvala até mesmo na relação entre cidade e campo. Contudo, apresenta-se a educação do campo como veículo para a superação da questão meridional. Portanto, Gramsci (1987) aponta que a difusão dessa ideologia é propagada em razão de que a burguesia teme a união entre operários e camponeses para impedir uma potencial ditadura do proletariado.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. 1 ed. Lisboa: Presença 1970.

CALDART, Roseli Salette (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 119.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, Portugal, p. 221-236, 2003.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5ª ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2013. 210 p.

GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 135-165.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Vol. 2: Os Intelectuais. Os princípios educativos. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Mario Duayer. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 1. ed. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004b.

MARX, Karl. **O Capital**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004a. 203 p. Tradução revista por Gesner de Wilton Morgado.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015. 751 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 4ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. p. 239.

MÉSZÁROS, Istiván. **A Educação para além do capital**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2002.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do Campo: Escola, Currículo e Contexto**. Juazeiro, BA: ADAC/UNEB-DCH-III/NEPEC-SAB, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 137.

SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. **Além das cercas, o que há?** a educação do campo no contexto da cultura digital. 2020. 441f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador.